



Anais da Assembléia

Nº 32

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 18 DE ABRIL DE 1978

ANO IV

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

ATA DA 30ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 18 DE ABRIL DE 1978

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Rosário Pitelli e Augusto Carneiro.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Quielise Crisóstomo, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Luiz Alberto Oliveira, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezzi, Osvaldo Macedo, Paulo Camargo, Renato Bernardi e Valter Pietrângelo (35); achando-se ausentes os Senhores Deputados Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, José Domingos Scarpelini, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Dácio Leonel, Egon Pudell, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Gabriel Sampaio, Jayme Rodrigues Carvalho, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Roberto Soares, Otássio Pereira, Trajano Bastos, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (19).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Ofício:

Sob o nº 57/78, do Senhor Alberto Garcez Duarte Filho, Diretor Superintendente da Fundação Teatro Guaíra, encaminhando a este Poder Legislativo, cópia do Balanço Geral daquela Fundação, referente ao exercício de 1977. — Ao conhecimento da Casa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. VICENTE LEPORACE, ocorrido em São Paulo. O ilustre jornalista e radialista era tido como "grande defensor do povo".

Requer ainda, após aprovação, dê-se ciência do mesmo à Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo e à família enlutada.

Sala das Sessões, em 18 de abril de 1978.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, após ouvido o Plenário, requer o envio de expediente à Secretaria de Segurança Pública, consubstanciado em apelo, no sentido de que seja construído um novo prédio para o funcionamento do DETRAN na cidade de Maringá,

Sala das Sessões, em 18 de abril de 1978.

(a) VALTER PIETRÂNGELO

JUSTIFICATIVA:

Indiscutivelmente o crescimento da cidade de Maringá, já está a exigir que órgãos de serviço público, principalmente aqueles que congregam grande número de atendimentos, como é o caso do DETRAN, disponham de dependências compatíveis com a sua condição de cidade desenvolvida, classificada entre as primeiras do Estado, em termos de população e de contribuição para o erário estadual.

É, portanto, plenamente justificado o pedido do Vereador MIDUFO VADA, daquela cidade, que apresentou requerimento ao plenário do legislativo local, aprovado e deferido pela Mesa Executiva, solicitando junto aos órgãos competentes do Governo do Estado, a construção de uma nova sede para o DETRAN, considerando-se que a atual, já não oferece nenhuma condição de trabalho para seus funcionários e nem de segurança para a documentação que normalmente deve permanecer nos arquivos. O prédio, onde atualmente funciona o referido departamento, seção de Maringá, data de longo tempo, estando com sua estrutura já abalada e necessitando de demolição para dar lugar a uma nova construção em estilo moderno, de acordo com a atual fase de desenvolvimento regional e com o urbanismo recentemente ali implantado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, sejam encaminhados expedientes aos Excelentíssimos Senhores Doutor JAYME CANET JÚNIOR, Governador do Estado e ao Professor FRANCISCO BORSARI NETO, Secretário da Educação e da Cultura, no sentido de que seja transformada em Inspetoria Regional de Ensino, a 13ª Inspetoria Auxiliar de Ensino de Ribeirão Claro, ficando assim desmembrada da 13ª I.R.E. de Jacarezinho.

Sala das Sessões, em 18 de abril de 1978.

(a) LÁZARO DUMONT

JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista o grande crescimento populacional daquela região, o que vem causando um grande acúmulo de serviços junto à 13ª I.R.E. de Jacarezinho, e, com a criação de novas salas de aulas, grande tem sido o número de alunos matriculados nos estabelecimentos de ensino com jurisdição na Inspetoria Auxiliar sediada em Ribeirão Claro. A criação desta Inspetoria naquele município, não só atenderia aos anseios do povo daquela região, como também viria desafogar o grande acúmulo de trabalho existente na 13ª Inspetoria Regional de Ensino de Jacarezinho, dando assim uma maior assistência a toda aquela região.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e na forma regimental, requer ouvida a Casa, seja enviada aos Excelentíssimos Senhores Ministros da Fazenda, da Agricultura e do Interior, cópia de inteiro teor do pronunciamento feito pelo requerente, em Sessão Plenária de 04 de abril do corrente ano, e do qual anexa uma cópia ao presente.

Sala das Sessões, em 18 de abril de 1978.

(a) ALFREDO GULIN

JUSTIFICATIVA:

Os períodos de crises revelam as falhas do sistema econômico que devem ser ajustadas pela sociedade, se quiser trilhar o caminho do desenvolvimento.

Uma dessas falhas é a Lei do Crédito Rural, que manda o produtor rural avalizar as notas promissórias rurais, resultantes das vendas de sua produção agrícola. O aval ou endosso torna o agricultor co-responsável por um desconto bancário que não o beneficia, porque o benefício do crédito, evidentemente, vai para aquele que lhe comprou os cereais ou o gado.

Em meus giros pelo "hinterland" paranaense, tenho sentido queixas sem conta em relação às notas promissórias. Como pode o produtor vender sua safra e se tornar endossante ou avalista do título gerado pela operação, ficando responsável pelo pagamento ao banco, se o emitente quer dizer, a empresa compradora, não liquidar o título no prazo certo?

Como mudar essa situação discriminatória e injusta contra o agricultor? Há muitas idéias: Uma delas, que trago como sugestão a esta Assembléia — para que seja enviada em forma de proposta ao Governo Federal — é de que a firma compradora passe a dar a garantia ao banco, e não o lavrador-vendedor. A empresa compradora deve dar seu estoque comprado em garantia ou penhor, deixando o produtor desonerado de qualquer responsabilidade, que nunca deveria ter sido sua.

Por que não buscar solução urgente para o problema do crédito rural? Neste momento queremos apelar ao Governo Federal para que se apresse em corrigir essa deficiência direta da empresa compradora, com base no seu estoque comprado. Uma espécie de penhor de estoque ou semelhante, mas o importante é que tire dos ombros do produtor a carga das atuais notas promissórias.

A situação atual prejudica a produção do país. O agricultor precisa se ocupar de aumentar a sua produção e não de pagar a dívida que não é sua. É preciso que ele esteja preocupado em produzir mais, colaborando assim com o progresso e desenvolvimento do País.

Afinal, Senhores, além das geadas, do granizo e da seca, não precisamos arranjar outro adversário para o setor rural.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao primeiro orador inscrito, nobre Deputado Quielse Crisóstomo.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Correndo a região que representamos nesta Casa, Astorga, Jaguapitã e Colorado com S. Ex.^a o Sr. Governador do Estado, nos sentimos na obrigação de vir aqui, na tribuna, que o povo nos conferiu, agradecer a S. Ex.^a o Sr. Governador do Estado, pelo rigoroso cumprimento dos compromissos assumidos na minha região. Esse homem incansável, que poucos tiveram a oportunidade de conhecê-lo tão bem quanto eu tive esta semana, na sua capacidade física, na sua capacidade intelectual, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Em dois dias, ou melhor, em apenas um dia e meio corremos oito municípios, S. Ex.^a fazendo pronunciamentos e recebendo novas reivindicações dos líderes políticos e do povo em geral. É um fato que eu gostaria que fosse registrado nesta Casa, nesta tarde, aproveitando ainda a oportunidade para dizer da satisfação com que foi recebido, no meio do povo paranaense, na região onde nós representamos, porque lá estávamos naquele momento, quando da indicação de Ney Amintas de Barros Braga, como candidato da Arena à Convenção, para Governador do Estado.

A segurança, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de que o Governo do Paraná haverá de ter a seqüência do planejamento e da execução dessas obras garantida. Ney Braga que projetou o nome do Paraná, após ter recebido o Paraná, em 1960, no estado de coisas que nós mesmos sabemos, conseguiu dizer ao Brasil

de que era capaz o Paraná no desenvolvimento econômico pelos seus próprios meios.

Podemos imaginar o que fará Ney Braga agora, se receber o Governo das mãos de Jayme Canet Júnior. É fácil antever a segurança e o desenvolvimento que o Paraná terá neste próximo mandato governamental.

Quero também, aproveitar a oportunidade, Sr. Presidente, para dizer da satisfação e sobretudo da justiça e da justeza com que foi indicado também à Convenção o nome do Presidente da Arena do Paraná, Afonso Camargo Neto, como Senador.

Foi uma forma de colocar as coisas certas no lugar certo. O homem que reorganizou a Arena no Paraná, haverá de ser o Senador da República que o Paraná tanto precisava. Nós, que vimos tantos desentendimentos na Arena, na representação nacional, esperamos que Afonso Alves de Camargo Neto, sabedor e um grande batalhador da união da Arena, seja o grande Senador que o Paraná precisa.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Ezequias Losso, inscrito.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Associando-me à manifestação do ilustre Deputado Quielse Crisóstomo da Silva, quero também dizer que a confirmação do nome do Ministro Ney Braga, para concorrer à sucessão do Governador Jayme Canet Júnior, foi recebida com naturalidade pela classe política e pelo povo do nosso Estado.

Isso se deve, indiscutivelmente, ao notável prestígio que o ilustre conterrâneo grangeou durante a sua dinâmica e bem sucedida vida pública. Seu nome, hoje, é uma autêntica bandeira, no contexto paranaense e nacional, por ser um dos líderes da maior sensibilidade.

Vejo, portanto, a continuidade do progresso do nosso Estado no próximo período administrativo, para o qual, conforme anunciou o Ministro Ney Braga, muito contribuirá a força jovem, que comporá sua equipe de trabalho.

Por outro lado, a indicação do Presidente Regional da Arena, Dr. Afonso Alves de Camargo Neto, vem corresponder o consenso verificado em várias reuniões que se realizaram, em micro-regiões do Estado do Paraná, sendo, portanto, aguardada esta decisão.

Assim, em nome de muitos líderes com os quais mantive contatos nestes últimos dias, registro o otimismo pelas acertadas escolhas dos dirigentes da Nação e da Arena, certo de que, foi a melhor solução para o Paraná.

Outrossim, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero assinalar o regozijo pela concessão da importantíssima Comenda da Ordem de Rio Branco ao Governador Jayme Canet Júnior, a ser entregue na próxima quinta-feira, em solenidade a ser presidida por S. Ex.^a o Presidente Ernesto Geisel.

Tal honraria, que por extensão envolve a todos os paranaenses, é uma forma de reconhecimento à operosidade, do renomado homem público que governa nosso Estado, e que tem transformado, efetivamente, a sua imagem no cenário nacional, graças às obras públicas que tem realizado, conforme podemos testemunhar constantemente.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Deni Schwartz, no Pequeno Expediente, inscrito.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Os parlamentares do mundo inteiro, da data de hoje, choram a provável morte do italiano Aldo Moro. E, neste momento, Sr. Presidente, Srs. Deputados, em que todos os parlamentares do mundo, devem ou deveriam repudiar atos de uma minoria extremada, que tenta impor os seus desígnios contra a sociedade civil, não poderíamos deixar de, desta tribuna, manifes-

tarmos o nosso voto de pesar e, não só o nosso voto de pesar, mas também os nossos protestos contra aqueles que em minoria pretendem impor aquilo que julgam ser o correto.

A morte do democrata Aldo Moro deve ser lamentada no mundo inteiro, por todos aqueles que realmente pretendem que este País, ou melhor dizendo, que este Mundo tenha regimes políticos, voltados para o Povo.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que leio o requerimento que passarei às mãos de V. Ex^a para submeter a esta Casa, vasado nos seguintes termos. (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ciência e aprovação do Plenário, um voto de profundo pesar pela morte, a se confirmar, do ex-Primeiro Ministro da República italiana, Aldo Moro, que se encontrava seqüestrado há aproximadamente um mês, por guerrilheiros urbanos denominados "Brigada Vermelha".

A morte de Aldo Moro é uma prova patente de até a que ponto chega a radicalização política. Foi uma afronta a todos os legislativos do mundo.

Ali onde os grupos minoritários substituem a representatividade popular, por ações audaciosas de força, a vida democrática e o progresso político e social ficam ameaçados, tanto em países desenvolvidos como a Itália, como em Nações subdesenvolvidas como o nosso País.

Radicais de extrema-direita ou radicais de extrema-esquerda, que desprezam os povos não merecem o nosso apoio.

Requeremos, outrossim, seja enviado o teor deste requerimento ao povo italiano, na pessoa de seu cônsul, em nossa Capital, bem como à Presidência e Legislativo da República da Itália.

Sala das Sessões, em 18 de abril de 1978".

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Alfredo Gulin, inscrito.

O SR. ALFREDO GULIN — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lendo): "Compareço a esta tribuna para me congratular efetivamente com o povo do Paraná, pela feliz escolha do Ministro NEY BRAGA para vir ocupar o Governo do Estado do Paraná, no próximo período governamental.

Com essa decisão política, temos assegurada a continuidade da grande administração que está sendo feita pelo Governador JAYME CANET JÚNIOR.

Como todos sabem, a folha de serviços públicos prestados pelo nosso eminente Ministro Ney Braga, é digna de ser comentada a cada passo, pois ela representa as grandes conquistas que um homem público pode aspirar. Já como Prefeito Municipal de Curitiba, recebeu diploma de mérito por ter acionado o progresso deste município, como o de maior índice de crescimento. Teve excelente votação como Deputado Federal, atuando como um lúcido representante do Paraná à Câmara Federal. Como Ministro da Agricultura, conduziu com bravura a solução dos problemas atinentes àquela Pasta, impulsionando o progresso e o desenvolvimento do nosso País. E, como Governador do Paraná, depois de receber o Estado em péssima situação econômico-financeira, inclusive com o Banco do Estado, sob intervenção federal, com empreiteiros sem receber e as obras paralizadas, realizou uma das maiores administrações, pois soube imprimir um ritmo de progresso em situação de se destacar em meio às demais unidades da Federação. Entre várias de suas realizações, temos a ligação asfáltica do norte ao Porto de Paranaguá, a espinha dorsal do transporte. Atualmente, como Ministro da Educação e Cultura, soube com muito equilíbrio, conduzir a grandes soluções os problemas de educação e ensino, tanto nas escolas como nas universidades, registrando sua marcante atuação à frente desse importante Ministério.

Por isso, povo do Paraná, nós nos congratulamos pela volta do Ministro Ney Braga ao Governo do Estado do Paraná, e pedimos a Deus que inspire e ilumine esse brilhante homem

público, para que venha a realizar uma grande administração, como aliás, há dias passados, quando em Brasília, conversava com o Sr. Ney Braga, e dizia-me ele que realmente deseja realizar muito na administração do Paraná".

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Concedo a palavra ao quinto orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados. "SONHO IMPOSSÍVEL DE UM PARANAENSE DE ESQUERDA.

O grave acidente que vitimou o paranaense ELEITOR DA SILVA, ocorreu exatamente às 14,00 horas do dia 31 de março de 1964. Sofrendo violento traumatismo craniano, o infeliz cidadão entrou em estado de coma e passou a despertar a atenção geral pelo quadro clínico que se formou. Sem recuperar a consciência, o Sr. ELEITOR atravessou os dias, os meses e, enfim, os 14 anos de sono profundo, até que hoje pela manhã, de inopino, recuperou a consciência e com incrível lucidez, passou a conversar com as pessoas que lhe faziam companhia. ELEITOR DA SILVA, um paranaense de meia idade, jornalista, homem culto e muito bem informado, adepto fervoroso do Governo João Goulart, desempenhava intensa ação proselitista em favor das esquerdas no Brasil.

Este homem ao recuperar a memória, de súbito lembrou-se das últimas notícias que lhe povoavam a mente há 14 anos atrás. Lembrou-se de que as rádios e Tvs noticiavam alarmantes acontecimentos políticos. O Governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto, havia iniciado uma sublevação contra o Governo Federal. As tropas militares sediadas em Minas, marchavam em direção ao Rio de Janeiro, em todos os Estados, as tropas foram postas em prontidão.

ELEITOR DA SILVA, ainda não esquecera que uma liderança de esquerda no Paraná, lhe afirmara por ocasião em que o Governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, recebera o título de Cidadão Honorário do Paraná, em tom de confiança que seria inevitável o encontro armado entre as forças que queriam as reformas de base e as que discordavam do Governo Goulart. Lembrava-se que além dos políticos do PTB, as figuras mais expressivas do PDC, aqui no Paraná, alinhavam-se em perfeita sintonia com as esquerdas brasileiras.

Decididamente, ELEITOR DA SILVA era um político. Como jornalista, vivia dos fatos e acontecimentos que envolviam os tormentosos dias de março de 64. Bem informado, procurava especular qual o resultado, se realmente houvesse a tentativa de derrubada de Jango. Em suas previsões, mormente depois que fizera a cobertura da histórica reunião do PDC em Ponta Grossa, fatalmente as esquerdas venceriam o confronto e se estabelecería um regime de esquerda no País, em que as reformas de base seriam concretizadas. Estes e outros pensamentos, como relâmpagos vertiginosos e num torvelinho de sensações, aguçaram-lhe a curiosidade.

As pessoas que, no quarto do hospital o acompanhavam, sua esposa, uma filha e a enfermeira, como que paralisadas pela repentina retomada de consciência, não sabiam sobre o que conversar e qual o procedimento que deviam adotar. Afinal de contas, depois de 14 anos de inconsciência, ninguém mais acreditava no restabelecimento do Sr. Eleitor da Silva. Até as autoridades da Polícia Federal e do DOPS que nos primeiros meses da Redentora Revolução de 64, insistentemente chegavam no hospital para interrogar aquele "subversivo", haviam desistido e encerrado o IPM, excluindo de qualquer culpabilidade ELEITOR DA SILVA, pois segundo até os próprios médicos, seu estado de inconsciência era irreversível.

Assim, sem saber o que fazer e o que dizer, a esposa boquiaberta ofereceu um copo de água para o marido, cujo estado físico era lastimável. Após sorver a água, ELEITOR viu os jornais sobre a mesa e seu hábito de leitura diária de todos os jornais, desperou-o. Não tivera consciência que seu drama durara

quatorze anos. Pegou o jornal e viu a data, terça-feira, 18 de abril e de imediato deu-se por achado. Ficará inconsciente exatamente 18 dias. Havia qualquer coisa esquisita com seus olhos, não conseguia ler com nitidez as letras menores e só as manchetes é que se cristalizavam como notícias ante a fraqueza de sua visão e a confusão mental que passou a dominar-lhe. Lera, no entanto, as principais manchetes do jornal, que curiosidade para saber o desfecho dos acontecimentos que acompanhara, par e passo, até aquela fatídica tarde de 31 de março, lhe alvorocava a mente.

Ali estavam as manchetes reveladoras que lhe denunciavam na face, incrível ar de alegria e acontecimento: diziam os jornais: "Indicados os novos governadores", "Ney Braga de novo no Paraná", "Portela no Piauí", "Brizola recebido por Brandt", "Afonso Camargo nomeado Senador", "As reformas virão", "Magalhães Pinto afastado da Presidência" ... O nosso personagem entrou em órbita e começou a gritar: "ganhamos, ganhamos, saímos vencedores, as esquerdas tomaram o Poder no Brasil, vivam as esquerdas, abaixo os "lacerdistas", "ponham na cadeia os "ademaristas", "viva o Brizola", "via o Ney", "boa Afonsinho", derrotamos os reacionários" ... e numa verdadeira torrente de expressões entusiásticas, o nosso homem, levanta-se da cama, sai em desabalada carreira pelo corredor do Hospital, gritando a plenos pulmões e alcança a rua onde começa verdadeiro comício para os transeuntes.

Finalmente dominado pelos enfermeiros, que às pressas foram chamados, ELEITOR DA SILVA é conduzido à força para seu leito e sem entender mais nada, escuta alguém dizer: "Coitado, ficou louco".

Interrogativamente olha a esposa que procura segurá-lo na cama e esta lhe explica. "ELEITOR, meu bem, você esteve dormindo 14 anos. Quem ganhou a revolução não fomos nós, foram os da direita. Nós perdemos".

O triste homem quedou-se. Cerrou os olhos e caiu novamente em profundo sono. Dizem que para não mais acordar".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Valter Pietrângelo, sexto orador inscrito no Pequeno Expediente.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Hoje, o articulista conceituado dos nossos órgãos de imprensa, no seu artigo declara que — finalmente o forno foi aberto. E afirma que os biscoitos começaram a sair bem temperados, bem assados e bem quentes, para poder governar os Estados de nossa Pátria e participar da Câmara Alta de nossa Nação.

Realmente, Srs. Deputados, ao tomarmos conhecimento da indicação de alguns Governadores e de um Senador biônico e Senador de proveta, do nosso Estado, nós já começamos as nossas orações para que Deus possa realmente, na sua onipotência, inspirar o futuro Governador do Paraná, para que a comunidade paranaense possa realmente progredir.

Ora, Srs. Deputados! Já de início, o Sr. Ney Braga e o Sr. Afonso Camargo assumem o mandato público, através de um sistema de escolha totalmente ilegítimo e espúrio e, evidentemente que, sem a presença de Deus, sem a proteção do Supremo Arquiteto do Universo, os homens são inexpressivos, pouco valem e nada fazem.

Srs. Deputados, com o auxílio do companheiro Renato Bernardi, nós procurávamos, há pouco, lembrar alguns fatos que marcaram, tragicamente, a passagem do Sr. Ney Braga pela vida pública. E, conseguimos lembrar alguns — até como Chefe de Polícia, em 1952, principalmente fatos ocorridos nas regiões de Paranaíba, Porecatu e Jaguapitã, na região Sudoeste onde, parece-me, jamais, em outra época, morrera tanta gente, no Estado do Paraná; como Governador nos anos de 63, tivemos uma geada violentíssima, após oito anos sem ocorrer o fenôme-

no; ainda no ano de 63, a memória paranaense registra uma seca terrível que durou em torno de sete meses; ainda em 63, os incêndios generalizados tomaram conta do Estado...

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência lamenta informar V. Ex.^a, que o tempo destinado a V. Ex.^a, está esgotado; concede-lhe, outrossim, 1 minuto para a conclusão.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Pois bem, Sr. Presidente.

Obedecendo a determinação de V. Ex.^a, lamentavelmente nós teremos que prosseguir o nosso pronunciamento, em outra oportunidade porque apesar de a tragédia não ser muito grande, ela jamais poderia ser dita e lembrada, em 1 minuto!

Concluindo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós apenas gostaríamos de reafirmar que, efetivamente, apesar de compreender estes fatos tristes que marcaram a passagem do Sr. Ney Braga pela vida pública, nós já estamos pedindo a Deus para que ele possa, realmente, harmonizar o Estado do Paraná, o que vai ser muito difícil, evidentemente pelas áreas hostis que o próprio Sr. Ney Braga criou, graças aos desvios e às atitudes incoerentes tomadas por si próprio.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Concedo a palavra ao último orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

No Diário da Assembléia, do dia 24 de novembro do ano passado, 1977, foi publicada uma proposição de emenda à Constituição do Estado do Paraná, buscando acrescentar o Artigo 157, ao Título V, das Disposições Gerais e Transitórias da Constituição do Estado.

Diz essa proposta, neste artigo: "O Título V das Disposições Gerais e Transitórias" fica acrescido do seguinte dispositivo: "É assegurado ao servidor público admitido antes de 8 de maio de 1967 e que tiver tempo de serviço prestado até 15 de maio de 1968, o direito de computar esse tempo para efeito de aposentadoria proporcionalmente ao número de anos de serviço a que estava sujeito no regime anterior para obtenção do benefício".

Esta Assembléia, Senhor Presidente, já apreciou matéria idêntica, mas através da legislação ordinária; todavia, a proposição que nós fizemos ainda no ano passado, lamentavelmente, não sei se por força do desinteresse dos seus membros, não sei se por força da impossibilidade deles se reunirem e ainda mais, está para se esgotar o prazo concedido constitucionalmente — está para se esgotar. Havia requerido a V. Ex.^a na semana passada, juntamente quando V. Ex.^a buscando recurso no Regimento Interno, instou os membros de outras comissões permanentes a se instalarem para que pudessem apreciar e dar parecer técnico, aos projetos de leis que estavam tramitando nesta Casa.

Na mesma ocasião, requeri verbalmente a V. Ex.^a que solicitasse a essas comissões, se reunissem para que pudessem apreciar a emenda constitucional que visa beneficiar o funcionalismo do Estado, que prestou serviço antes de maio de 1967, ou melhor, que tinha tempo de serviço prestado até 15 de maio de 1968, mas que havia sido nomeado ou admitido até 8 de maio de 1967.

Essa comissão não se reuniu, Senhor Presidente, e os seus membros, apesar de toda a gestão que fizemos, encarecendo a cada um, solicitando o empenho de cada um, essa comissão não se reuniu e o tempo vai se esgotando, e se esgota o tempo em prejuízo do funcionalismo público, e com base no Artigo 40, Sr. Presidente, é que eu venho requerer à Mesa, de V. Ex.^a, que através desse recurso previsto no Artigo 40 do Regimento Interno, determine a sua instalação e apreciação da matéria, dentro das 24 horas, através da Presidência do Sr. 1.º Vice-Presidente desta Casa, e é para esse fim, Sr. Presidente, que venho a esta tribuna, solicitar, requerer e pedir insistentemente, para que

essa comissão se reúna, para que não fique prejudicado o funcionalismo público pois que, provavelmente, poderá aquela lei que aqui foi apreciada, vir a sofrer veto do Sr. Governador, mas esta, em se tratando de emenda constitucional, não necessitará de S. Ex.^a colocar o veto, e faço este apelo mais, Sr. Presidente. Que há poucos dias, querendo saber como estava esta comissão, o Secretário encarregado até se negou a mostrar-me qual era a verdadeira situação daquele projeto que estava em tramitação.

Esse é o pedido que faço a V. Ex.^a e se, decorrido o prazo, em prejuízo do servidor do Estado, eu não faltarei a vir a esta tribuna e declinar todos os lances, desde o primeiro dia em que trouxemos esta emenda à apreciação desta Casa.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência, tomando ao pé da letra o que dispõe o art. 40 do Regimento Interno, convoca os Srs. Deputados Gilberto Carvalho, Gabriel Sampaio, Erondy Silvério, da Aliança Renovadora Nacional; Maurício Fruet, Nilso Sguarezi, do Movimento Democrático Brasileiro, para se reunirem na Sala das Comissões, amanhã, às 17,00 horas, para, sob a Presidência do 1.º Vice-Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Jurandir Messias, elegerem o Presidente e o Vice-Presidente da Comissão Especial que deverá emitir parecer à Proposição n.º 538/77, proposta de emenda constitucional. E, para tanto, solicita observem o que estatui o § 1.º, do art. 40, do Regimento Interno — “Nas suas ausências e impedimento, o Presidente, será substituído, no caso, pelo Vice-Presidente e, na mesma hipótese, será substituído pelo membro mais idoso entre os Srs. Parlamentares integrantes da referida Comissão Especial.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, pelo que V. Ex.^a acaba de anunciar à Casa, parece que o Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, Líder da Aliança Renovadora Nacional e do Governo, nesta Casa, não levou na devida consideração a solicitação que fiz em substituir-me nessa comissão, porque tramita na Casa, em sua redação final, projeto de lei de minha autoria com matéria idêntica à proposta de emenda constitucional.

Enquanto eu entendo, enquanto esta Casa não se pronuncie com relação ao meu projeto e o Governo do Estado, também, não o faz através de sanção ou veto, eu não poderei participar de uma comissão de emenda constitucional; pensamento próprio. Por essa razão eu solicitei a minha substituição, na comissão.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência leva em consideração o que em questão de ordem levanta o Deputado Erondy Silvério. Todavia, atenta ao cumprimento do Regimento Interno, reitera a convocação dos Srs. Deputados membros da aludida Comissão Especial. Leva em consideração que 4 (quatro) Srs. Deputados constituem maioria e poderão instalar a referida comissão. Não pode a Presidência fugir ao cumprimento do que dispõe o art. 40 do Regimento Interno, razão pela qual deixa de falar do mérito da matéria, podendo caber a referida comissão, em seu parecer, alinhar os considerandos que o eminente Deputado Erondy Silvério, na questão de ordem, levanta.

No Grande Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Essencial acima de alguns dos outros, o direito humano à segurança pessoal tem sido pouco defendido no Brasil, em paradoxal contraste com a escalada da criminalidade e da violência nas concentrações urbanas maiores.

Dizemos ser o direito humano à segurança sobrelevante a alguns dos outros, visto estar em ameaça a própria vida do cidadão. Aos mortos não mais interessa que se lhes garantam as demais essencialidades de existência humana, como educação,

trabalho, liberdade de manifestação ou opinião.

A escalada da criminalidade na sociedade brasileira tem raízes profundas e complexas, envolvendo o crescimento desordenado dos conglomerados urbanos, decorrente das correntes migratórias carenciadas que advêm das zonas rurais e formam contingentes de desempregados ou subempregados nas periferias; o baixo nível sócio-cultural dessas camadas marginais e a desassistência oficial à sua prole, que engrossa por multiplicação de alta natalidade esse caldo efervescente de subvida; a baixa renda da mão-de-obra não especializada; o alto custo de vida e a falta de acesso das populações mais pobres aos bens oferecidos por uma economia de mercado consumista; a dissolução de costumes, favorecendo o consumo de tóxicos e a prostituição.

Enfim, são tantas e tão variadas as motivantes da demaragem do crime, que sua simples enunciação e análise demandaria compêndios. Vê-se, porém, que as mais primárias estão afeiçoadas ao próprio processo de desenvolvimento do País e seriam de difícil superação antes que possamos construir aqui uma sociedade cultural e economicamente melhor posicionada.

Resta, então — já que impossível é afastar essas motivantes de criminalidade a curto prazo — debater medidas viáveis para a contenção dos efeitos e sua prevenção. Mais do que buscar objetivos punitivos — é difícil até aquilatar culpa quando o marginal é produto da sociedade que o gerou — devemos avaliar hoje a função policial do Estado como de cunho eminentemente preventivo.

Este é um assunto que devemos examinar com objetividade, e dentro do qual podemos estabelecer perspectivas exatas para dizer o que está errado e o que poderia ser feito.

Lemos nos principais jornais do País e até uma revista de grande circulação nacional, que só na área de Nova Iguaçu, Rio de Janeiro, já foram encontrados este ano, 110 cadáveres de marginais assassinados e mutilados presumivelmente pelo Esquadrão da Morte.

Será esta a função policial de prevenção à criminalidade que a Nação pede às suas autoridades?

Matar o marginal para combater criminalidade se nos assemelha com matar os pobres principalmente do Nordeste, para aumentar a renda “per capita” da Região.

A Nação não quer uma organização policial que tome a lei nas próprias mãos e execute com violência, ultrapassando em perversidade os baixos instintos muitas vezes até os mais empedernidos criminosos.

Não há, nem pode haver, pior criminoso do que aquele que é escondido e protegido debaixo das próprias leis.

A Nação quer ordem, não pagamento de violência com violência maior. Quer do Estado um aperfeiçoamento da organização policial, para que funcione como tampão preventivo do crime e não, como hoje, atuando após o ilícito consumado, e sem eficiência porque desaparelhada, desestimulada ao ponto de chegar a desesperos como este de formar esquadrões de execução sumária.

Nesse plano, tivemos um retrocesso a partir da Revolução de 1964, fato constatado por um levantamento feito através de delegados da nossa Polícia, a nossa Polícia Civil aqui do Paraná.

É evidente que aqui eu não vou dar o nome dos delegados. Mas eu tive oportunidade de ter em mãos este trabalho, e vi que de 64 para cá, paradoxalmente, os índices de criminalidade vem gradativamente a cada ano, aumentando. E para mim, e para estes delegados que fizeram um estudo da situação aqui no Paraná, esse retrocesso consistiu entre outros fatores, evidentemente, principalmente, na extinção das guardas-civis, organizações que funcionavam em vários Estados brasileiros, inclusive no Paraná, e tinham alto destaque na prevenção da criminalidade, através de um policiamento ostensivo, eficiente. Porque o guarda-civil é um produto do meio, da própria comunidade. Era um homem, a quem se recorria nas horas difíceis, nas

horas de perigo nas horas em que a família precisava ser defendida.

Era um homem que convivia com o povo através de longos e longos anos, no exercício de suas funções. E deu-se a extinção dessas organizações, das guardas-civis de todo o País, por interesse imediato da Revolução de 64. Se a época, ia ser justificável, porque os homens da Revolução preocupavam-se em dissolver as organizações para militares estaduais. Que fugiam ao controle direto das forças armadas, que estavam pelo menos em tese, subordinadas à orientação política dos governos estaduais.

Nem todos eles evidentemente, afinados com o sistema que assumia o poder em 64. A cautela portanto, levou a extinção das guardas-civis, abrindo uma lacuna, abrindo um claro lamentável, que jamais foi preenchido pelas polícias militares.

Essa é a verdade, e precisa que se diga, as polícias militares jamais cumpriram com a missão com tanta eficiência, como as guardas-civis. Porque na verdade, são inteiramente diversas as organizações militares, em sua forma de atuar no setor policial.

Tínhamos na Guarda-Civil, como eu disse há pouquinho atrás, homens que se dedicavam à Corporação por todas as suas vidas, por toda uma existência, e muitos deles, aqui em Curitiba ficaram famosos, como aquele, o Guarda n.º 1, chamavam-no de Guarda n.º 1 — com seus bigodes em estilo Salvador Dali, uma extrema cortesia em tratar com público, outros, marcaram pela valentia; pela coragem; pelo desassombro, principalmente, no serviço de Rádio-Patrolha, onde equipes coesas, prestaram serviços por mais de uma década, juntos, os mesmos jovens.

E, verificava-se principalmente, nos campos de futebol, o respeito que o povo dedicava aos guardas-civis. O que não acontece hoje; hoje, um policial da nossa Polícia Militar, é mal recebido pelo público. Vimos ainda recentemente agora, por ocasião do treino, da Seleção Paranaense de Futebol, com a Seleção Brasileira, que esses homens foram aquinhoados com latas de cerveja, com impropérios, com garrafas vazias. Vimos também aquele policiamento ostensivo, a proteger os homens da Seleção Brasileira, quando eles deixavam o túnel para adentrar o gramado, os policiais numa atitude ostensiva, de fuzis e metralhadoras nas mãos, apontando para a assistência. Essa ostentação, essa inabilidade em tratar com o público, não se verificava ao tempo da guarda-civil. Por isso, eles eram respeitados pelo povo, porque quem respeita, faz evidentemente, respeitar.

Esse encarreiramento fazia dos guardas-civis, homens experientes, testados no trabalho, com prática de trato com o público. Sua simples presença, impunha respeito em bailes, cinemas e outras casas de diversões públicas. Ou mesmo nos bairros onde moravam e onde a sua presença como eu disse anteriormente, era constantemente requisitada, pela população, pela lei e pela ordem.

Em confronto, temos as peculiaridades, bem diversas da Polícia Militar, porque os milicianos são engajados por curto prazo. Via de regra, não possuem a mesma formação cultural, e até intelectual dos antigos guardas-civis que procuraram freqüentando cursos, de segundo grau e até curso superior, aprimorar a sua cultura.

Os antigos Guardas-Civis e os milicianos, têm o seu tempo mais voltado à preparação militar. Com desfiles, marchas, exercícios. Jamais a função policial, no que ela tem de prevenção de investigação, em contato com o público.

O noticiário policial nos dá um claro retrato do preclaro critério de recrutamento nas polícias militares. Tal a constância com que se depara nos vários Estados. E estão aí os jornais, a Imprensa toda, a confirmar aquilo que eu digo. Que nós deparamos em quase todos os Estados brasileiros, com notícias de envolvimento de milicianos em crimes que vão desde o homicí-

dio até o roubo qualificado — e até ao seqüestro.

Isto decorre, é evidente, da constante renovação dos quadros da Polícia Militar, "contrário sensu" como já afirmamos. Na Guarda-Civil o Policial passava por aprimoramento de vivência profissional. Podendo se comparar os conhecimentos de um Guarda-Civil de outrora, é evidente, ao de um Cadete Graduado da Polícia Militar. E não se pode esperar na estrutura de uma Polícia Militar, que o trabalho de policiamento ostensivo, preventivo, seja executado por oficiais, cujo estudo corresponde a um curso superior, treinados para funções de Comando de Tropa. E não para ações individuais.

Hoje, Srs. Deputados, as circunstâncias políticas do País são outras. Agora mesmo estamos vendo candidatos a Governador sendo indicados por interveniência do Poder Central. Por nenhuma linha de pensamento, é admitida nem de longe, a hipótese de articular-se em resistência, principalmente armada, a Revolução, em qualquer dos Estados brasileiros, tendo por instrumentos Forças Policiais. É boa hora, portanto, para ressuscitar, para reativar as Guardas-Civis, de saudosa eficiência, na preservação da Segurança Pública.

Aqui no Paraná, por exemplo, temos desde a extinção da Guarda-Civil, temos visto reformulações importantes na organização policial, com a entrada em funcionamento de uma Escola de Polícia. Deu-se em decorrência, uma profissionalização da função policial. Com potencial de enriquecer mais ainda, uma nova Guarda-Civil. Imaginem os nobres Srs. Deputados, uma nova Guarda-Civil, orientada desde o início da sua formação, por uma Escola de Polícia. Viável seria, até a implantação de uma força policial, nos moldes da Norte-americana, ou da Inglesa, da "Scotland Yard", onde a carreira do policial se inicia com o patrulhamento uniformizado e só tem limite no cargo maior de Inspetor, que corresponde ao nosso Delegado de Polícia.

Seria a Guarda-Civil assim, o cargo inicial de uma carreira onde os agentes da lei tivessem oportunidades de promoções às suas aptidões intelectuais. Onde os agentes da lei fossem homens respeitados pela população. Com uma carreira toda à sua vida, à sua frente e não o que temos visto aí, amentavelmente.

Ainda aqui em Curitiba, a semana passada, o desbaratamento de uma quadrilha de ladrões, de receptadores, onde lamentavelmente dela faziam parte dois oficiais da nossa Polícia Militar. Isto jamais acontecia com as Guardas-Civis. Nunca eu me lembro e duvido que algum dos Srs. Deputados tenham lembranças de ter ocorrido fato desabonador idêntico, com os Guardas-Civis de outrora. Feitas estas considerações, Sr. Presidente. (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que adiante subscreve, requer à Mesa, ouvida a Casa, sejam enviadas cópias deste pronunciamento ao Excelentíssimo Senhor Ministro dos Negócios da Justiça, com um apelo para que reinstitua, em todo o País, as Guardas-Civis, e determine um reestudo da organização policial dos Estados brasileiros, de forma a estimular o aprimoramento intelectual e técnico das funções policiais. Requer, ainda, sejam encaminhadas cópias aos membros da bancada do Paraná no Congresso Nacional, ao Secretário de Segurança Pública do Estado, ao Comando da Polícia Militar do Estado e à Associação dos Delegados de Polícia do Estado do Paraná, deles pleiteando que unam a esta suas manifestações, sugerindo outros subsídios tão necessários para garantir ao povo brasileiro a segurança de cada um, condição essencial para a felicidade humana.

Sala das Sessões, em 18 de abril de 1978."

○ Sr. Valter Pietrângelo — V. Ex.^a permite um aparte? (Assentimento).

Agradeço a concessão do aparte e quero manifestar-me inteiramente favorável ao pronunciamento de V. Ex.^a e também com a sugestão que propõe à consideração da Casa, dirigida às nossas autoridades. Eu concordo inteiramente, nobre

Deputado Erondy Silvério, que o problema de segurança, em todo o Brasil, mas principalmente a nível estadual, precisa ter um enfoque mais envolvente

É necessário que se reestude, que se pesquise, que se esforce as inteligências superiores, na nossa comunidade paranaense, para que possamos, realmente, estabelecer uma nova filosofia e também uma nova estrutura física, mecânica, para o nosso setor de Segurança Pública, que, lamentavelmente, está carente de uma evolução bastante grande.

Acho até, nobre Deputado, agora, no enfoque fundamental que fez V. Ex.^a na reimplantação das Guardas-Civis, de que esse problema deveria, inclusive, ter também participação direta do Município. Os municípios têm tantas secretarias: a de Serviços Públicos, a da Fazenda, a da Expansão Econômicas, a da Educação, e outras, por que os nossos municípios não devam ter também a sua Secretaria de Segurança Pública?

É muito mais valioso, até, a cobrança que a comunidade faz aos seus próprios municípios, do que, evidentemente, a cobrança de que uma cidade, uma comunidade, um município faria, fará e faz, às autoridades do Estado.

Veja V. Ex.^a que quando se identifica a corrupção numa delegacia, a arbitrariedade, quando se comprova que, por parte do delegado, ou de policiais, houve exorbitância em suas atuações, como procede nosso órgão estadual, a Secretaria de Segurança? Simplesmente transfere aquelas autoridades. Evidentemente que se houvesse a presença, a participação da própria comunidade...

O SR. PRESIDENTE (Basílio Zanusso). — Advirto ao nobre Deputado que há necessidade de se interromper os trabalhos por 5 (cinco) minutos.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência pede desculpas ao Sr. Deputado Erondy Silvério que se encontra na tribuna por ter levantado a sessão por alguns instantes em função de um incidente ocorrido numa das salas.

Reabre a sessão e devolve a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Devolvo o aparte ao nobre Deputado Valter Pietrângelo.

O Sr. Valter Pietrângelo — Muito obrigado, eminente Deputado.

Eu apenas falava sobre a participação do município, no esquema, no processo de segurança. E é claro que para isto precisamos injetar recursos maiores do Poder Público Estadual e Federal, nas mãos dos Srs. Prefeitos, para que esta tarefa seja cumprida, que a segurança do lugar seja também efetuada pelo pessoal do lugar, onde a responsabilidade será muito maior.

Mas Deputado, concluindo, e agradecido pelo aparte que tão gentilmente V. Ex.^a me concede, eu apenas gostaria de registrar, mais uma vez, os níveis de vencimentos da nossa Polícia Militar que, realmente, está muito aquém, muito longe, muito distante das reais necessidades do miliciano.

Veja V. Ex.^a, que hoje, o soldado da Polícia Militar do Estado do Paraná deve estar recebendo em torno de mil e duzentos ou mil e trezentos cruzeiros, milicianos aí em torno de 20 anos de serviço, não conseguiram ainda ultrapassar os dois mil cruzeiros de vencimentos por mês.

Nós sabemos que no Estado de São Paulo, por exemplo, o soldado iniciante já está percebendo com o novo Estatuto da Polícia Militar Paulista, quatro mil, 788 cruzeiros por mês. Evidentemente que há necessidade que os esforços sejam conjugados para que também a Polícia, os homens que atualmente procuram dar segurança, possam, efetivamente, ter uma remuneração um pouco mais justa, um pouco mais humana. Tem V. Ex.^a o meu apoio e o meu aplauso pelo assunto abordado e pela matéria que propõe à nossa consideração.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Eu agradeço a V. Ex.^a e também concordo com o que V. Ex.^a diz que o policial não é bem remunerado, embora V. Ex.^a deva estar equivocado quanto aos

mil e duzentos cruzeiros. O nosso soldado da Polícia Militar aqui percebe mais do que isto, embora eu também considere irrisório. E a sugestão de V. Ex.^a também, é muito boa, no sentido de que os municípios também tivessem o poder de organizar os serviços públicos locais, que é da Constituição e, inclusive, os serviços da segurança. Isto viria realmente, pelo menos, ter um mérito: acabar com a corrupção policial.

Mas V. Ex.^a bem sabe que tudo depende do Sr. Ministro da Justiça. Nós vivemos num regime discricionário, esta é a verdade; as guardas-civis foram extintas através de um ato do Sr. Ministro da Justiça. Só ele poderá determinar estudos não só para a reimplantação das guardas-civis, mas também, estendendo aos municípios brasileiros esta faculdade de organizar os seus serviços de segurança.

O SR. GILBERTO CARVALHO — V. Ex.^a permite um aparte? (Assentimento).

Quero cumprimentar V. Ex.^a pelo pronunciamento que faz, com referência às guardas-civis. Era um órgão que dava assistência direta à comunidade, prestando relevantes serviços. Nós sabemos a falta que faz quando nós vemos a necessidade de um socorro urgente da cidade nas dificuldades em que se encontra. No interior então nem se fala. No interior é preciso organizar as empresas, uma burocracia tremenda e que encontra, muitas vezes, o município, dificuldades nesta organização.

A volta da guarda-civil muito benefício trará à coletividade e uma assistência mais permanente. V. Ex.^a está de parabéns com este assunto que levanta nesta tarde e terá o nosso integral apoio.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Muito obrigado a V. Ex.^a.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Consulto à liderança da Aliança Renovadora Nacional sobre se deseja ocupar os 15 minutos reservados à bancada da Arena.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. DENI SCHWARTZ — (Pela ordem) — (Assentimento). Gostaria de saber da Mesa se resta algum tempo do Grande Expediente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência informa V. Ex.^a: tão somente o tempo da interrupção.

A Presidência poderá reconsiderar. O Grande Expediente teve início às 15,26 horas, com seu término às 15,56 horas; estamos exatamente a 15,56 horas, todavia, a sessão foi suspensa por 7 ou 8 minutos em decorrência de fato inusitado.

A não ser que V. Ex.^a deseja falar por 7 ou 8 minutos, a Presidência poderá lhe conceder a palavra, para que V. Ex.^a assegure sua inscrição para o Grande Expediente de amanhã, como primeiro orador.

O SR. DENI SCHWARTZ — Se V. Ex.^a puder reconsiderar, eu gostaria de usar 7 ou 8 minutos, porque falarei no horário reservado à Liderança, com as desculpas à Liderança da Arena.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, V. Ex.^a poderá permitir o pronunciamento do eminente Deputado Deni Schwartz.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência agradece a compreensão de V. Ex.^a e pede desculpas.

Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Grande Expediente, Sr. Deputado Deni Schwartz.

O SR. DENI SCHWARTZ — Inicialmente, quero agradecer ao nobre Deputado Gilberto Carvalho, pela compreensão. É que pretendemos aproveitar os 7, 8 minutos do Grande Expediente, deixando, assim, para o dia de amanhã, conforme o tratado, o Grande Expediente, para o Deputado Lázaro Dumont. Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Solicitamos a palavra nesta tarde, para falarmos de um assunto que, nos parece, não está a merecer, dos homens públicos, de nós mesmos, a consideração devida.

Ouso até dizer, que, a maior catástrofe ecológica de todos

os tempos do Paraná, está se verificando neste momento, sem a devida atenção quer do Poder Público Estadual, quer do Poder Público Federal, quer, mesmo, de nós, Deputados.

Vim recentemente da região Sudoeste, e pude constatar a grave situação em que se encontra aquela região, pelos problemas causados pela estiagem.

Sr. Presidente, posso hoje afirmar com toda a segurança, que, a seca que assola o Paraná é mil vezes pior que as inúmeras geadas que assolaram o Norte do Paraná, é mil vezes pior que os incêndios que em 1963 causaram pânico neste Estado, é centenas de vezes pior do que as enchentes que algumas vezes assolaram parte do nosso Estado, e me explico, Srs. Deputados:

As secas, neste momento, representam nada menos e nada mais do que a somatória das geadas e dos incêndios, porque a seca, em si, é uma geada em pleno verão, e, como consequência, está trazendo, na nossa região, incêndios; as enchentes, sempre têm um aspecto localizado, passados quinze, vinte, trinta dias, aqueles que foram retirados de suas casas voltam às suas propriedades e restabelecem o seu ritmo de vida; o café geado, dizem alguns — eu não sou um "expert" em café — a este, ao café paranaense, a geada tem sido benéfica, desculpem-me os ilustres Deputados que entendem da matéria, mas, a verdade é que, para o café já existe, graças aos nobres homens que trabalham com este produto, uma infraestrutura de apoio que, no momento em que se deu a geada no Paraná, cerca de 5 (cinco) horas após, no dizer do ilustre Presidente da Federação da Agricultura do Paraná, já nos Estados Unidos fotografias tiradas de satélites previam a extensão da catástrofe, a extensão do problema; e a geada recuperou o preço do café que chegou a ser de cinco mil cruzeiros a saca, e veio, em seu lugar, a lavoura branca que, dentro de seis, sete, oito meses propiciou ao cafeicultor, uma renda que permitiu a sua sobrevivência.

Mas com a seca, isto não ocorre e não está ocorrendo.

Lemos ainda hoje, no jornal o "DIÁRIO DO PARANÁ", que, Londrina reclama e, através do IAPAR se afirma que há quatorze dias não chove em Londrina, que uma gota d'água não cai em Londrina.

Então, o que dizer, Sr. Presidente, de um município no sudoeste, que há seis meses, dia 26 próximo — seis meses, que não recebe uma gota de água.

Por isso venho à tribuna, sem qualquer espírito de posição, porque obviamente não foi o Governo do Estado, não foi o Governo Federal que decretou esta seca. Mas, viemos para tentar sugerir soluções, e principalmente nas áreas sudoeste e oeste.

Muitas soluções, muitas medidas têm sido apontadas e formuladas como necessárias e nós queremos aqui, referendar pronunciamentos feitos nesta Casa por inúmeros Deputados que tem tentado, procurado sugerir medidas, todas elas voltadas para o produtor agrícola.

Mas, Senhor Presidente, constatamos que as medidas solicitadas e sugeridas sempre levam em consideração o problema de financiamento e isso nos leva a crer que uma faixa minoritária da população atingida, estaria sendo beneficiada, uma vez que apenas aqueles cidadãos, colonos, pecuaristas que mantêm contratos bancários estariam sendo ajudados com essas medidas, necessárias, diga-se de passagem, mas que não atingirá mais de — que são os pequenos proprietários que não mantêm vínculos com as entidades bancárias.

Por isso, Senhor Presidente, nós podemos afirmar com toda a convicção, que vive o Paraná o seu pior momento econômico e social, porque a seca até o momento não trouxe ainda os seus aspectos mais negativos e mesmo que venha a chover nos próximos dias, não há mais condições de recuperar a agricultura que não foi plantada por falta de chuvas, não há mais condições de recuperar as pastagens e é por isso que

nós lemos nos jornais o aparte de grande número de matrizes. É o suinocultor que está vendendo as suas matrizes, é o pecuarista que está vendendo as suas fêmeas e a recuperação desses plantéis levará um tempo muito grande e é por isso que eu digo: a colheita das secas ainda não chegou. Ela virá dentro de uns três meses, e com consequências, que — apesar de a palavra ser um pouco demagógica, mas que nós poderemos afirmar com convicção, está para sobrevir fome no Paraná. Nós veremos famílias e famílias, se não atendidas, morrerem de fome neste nosso Estado do Paraná, porque a situação ficará bastante difícil.

O Sr. Valter Pietrângelo — V. Exª permite um aparte?

O SR. DENI SCHWARTZ — Só um momento.

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Curitiba está alarmada com as manchetes de hoje e da última semana, com o problema de chuvas e nós somos testemunhas que nos últimos dias, chuvas têm caído aqui em Curitiba e os mananciais estão, nesta Capital, a se esgotar.

Imaginem a posição, a situação do Município de Santo Antônio do Sudoeste, onde há um mês já, caminhões-tanques traziam água do rio para colocarem na represa que abastece a cidade. E hoje as notícias são de que estão a buscar água há quinze quilômetros da cidade para o próprio consumo daquela população.

Eu concedo o aparte ao Deputado Valter Pietrângelo.

O Sr. Valter Pietrângelo — Eu acho até, Deputado Deni, que todo o dia, a todo instante, nós devíamos trazer à tribuna os problemas peculiares que são quase idênticos, das diversas regiões, dos diversos municípios do Paraná, pelos seus legítimos representantes, a esta Casa.

É claro que V. Exª tem inteiro mérito e razão quando reclama até certo ponto, de uma omissão das nossas autoridades executivas, com esse problema trágico, terrível, que envolve a nossa região.

Evidentemente, Deputado Deni Schwartz, o Ministro Simonsen, que procura desesperadamente combater a inflação, com insucessos, e nós sabemos porque, deveria compreender a observação que fez o Sr. Roberto Campos, que declarou que combater inflação é produzir, é ter o que vender, ter o que comercializar; e, o problema brasileiro, começa a atingir um estágio muito mais aterrador — que será a ausência de cereais até para a própria alimentação da Nação.

É preciso que o Governo evolua na sua política destinada à agricultura e a sua política econômica.

Onde estão os nossos armazéns reguladores?

O estabelecimento de preços mínimos, é uma vergonha nacional; é uma ofensa, um desrespeito, uma desumanidade.

Nós enviamos, há dois meses, um telex a S. Exª o Sr. Presidente da República, relatando informações que recebemos, na época, do Município de Tapejara, envolvendo "bóias-frias"; e, recentemente, o Deputado Lázaro Dumont fez um pronunciamento, falando da ameaça que paira no Estado, entre os trabalhadores volantes de conseguir, através de saques; e citou um número de "bóias-frias", realmente, entristecedor, que chega a um milhão de trabalhadores. Eu fiquei atônito e, no entendimento, o Paraná deveria ter, aí, no máximo, cem mil "bóias-frias". É provável que V. Exª tenha feito um cálculo preliminar, nessa região do País, onde a agricultura está mais dimensionada. Creio, eminente Deputado, que é preciso que o Governo Federal atente para um problema gravíssimo.

Eu estive, recentemente, no Noroeste do nosso Estado, na região de Paranaíba a Querência do Norte, e pude observar que além da existência do preço mínimo irrisório, indecente até, imoral; está o nosso proprietário rural quase que completamente sem dinheiro para poder manter o trabalhador, para poder até plantar a safra atual e a próxima safra. E nós chegamos, até, a formular um apelo às nossas autoridades federais para que esse financiamento, se não fosse, pelo menos,

concedida anistia, que ele fosse congelado, eminente Deputado, para que, em época favorável, o nosso agricultor possa cumprir os seus compromissos; e que o Governo, imediatamente, injetasse recursos na agricultura, para que o colono possa continuar trabalhando, para que a nossa produção, além da safra a ser plantada com normalidade, possa o nosso trabalhador agrícola prosseguir estimulado, para que a Pátria, efetivamente, além de manter o seu índice produtivo, possa dimensioná-lo, aumentá-lo, para, dessa forma correta, se procurar combater a inflação.

Mas, a ausência de água, a seca que, curiosamente V. Ex.^a deve até se lembrar, que até fins de dezembro do ano passado, o problema ainda, praticamente não existia. Nós tínhamos água, estava chovendo; mas, foi, parece que a partir de 29 de dezembro, quando se anunciou a escolha do futuro Presidente da República e, conseqüentemente, já se garantiu a presença do Ministro Ney Braga no Governo do Paraná, que não choveu mais.

E, nós estamos aí, com os recursos hídricos, quase que perdendo a existência e o sol a destruir desgraçadamente as nossas lavouras. Entendo, eminente Deputado Deni Schwartz, que o Governo deveria, inclusive, usar a tecnologia para ver se produzia chuva. Parece-me que no nordeste, que tem "know-how" no assunto, no problema de seca, de estiagem, houve um certo sucesso através da explosão, do bombeamento, não sei a palavra adequada para definir a explosão de nuvens para se provocar as chuvas.

Até isso, pelo menos isso, já deveria o Ministério da Agricultura, o Governo Federal já haver estudado e adequado para que pudéssemos aplicar essa tentativa aqui na nossa região.

Muito obrigado.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Deputado, V. Ex.^a disse e o disse muito bem, que as autoridades não estão a levar na devida conta o problema. Tenho em mãos, recorte do jornal "O Estado de São Paulo", de domingo, em que, sob o título "Seca — Governo do Paraná quer recursos", nós lemos uma verdadeira aberração, para o momento. Não sei porque razão o Sr. Secretário da Agricultura do nosso Estado, disse o seguinte a este jornal: "Paulo Carneiro anunciou ontem que o Governo do Paraná irá solicitar autorização do Senado para contratação de um financiamento do exterior, para a ordem de 30 milhões de dólares. Isto justificou o Secretário, para evitar que o ritmo de obras do atual Governo seja desacelerado, sobretudo no setor de construção de rodovias, importante para o escoamento agropecuário".

No momento em que se fala em seca, no momento em que ele mesmo admite a redução da safra, como a soja e o trigo em 3%, o milho em 36, o arroz em 74, o algodão em 52, o café em 25, se preocupa o Secretário da Agricultura em dizer que irão buscar recursos no exterior para construir estradas para transportar produto que ele mesmo admite que não existe.

O Sr. Valter Pietrângelo — Mas o Governo do Paraná é o único, eminente Deputado, que não desacelerou ainda as obras. Todos os outros Governadores já o fizeram.

O SR. DENI SCHWARTZ — Então, o posicionamento nosso, do Deputado, fica até constrangedor. Porque poderão alegar que nós queremos que o Governo não faça mais obras. Mas a verdade é que as obras são feitas para o homem, e no momento as obras não estão sendo feitas para este homem. Porque este homem é o homem que está vivendo seus últimos recursos; que está vivendo de sua própria carne. Está comendo o seu braço, comendo sua perna, está comendo tudo que possui.

Então, por coincidência, no mesmo jornal, em algumas sugestões, não há razão de buscar no exterior recursos, mesmo porque, Srs. Deputados, no Relatório do Banco do Brasil, publicado no Diário Oficial da União de agora, deste ano, diz o seguinte em seu Relatório de Atividades: "Repetiu-se a contribuição que o setor rural tem proporcionado ao equilíbrio da Ba-

lança Comercial brasileira e ao financiamento da industrialização do País". É o próprio Banco do Brasil, neste Relatório que está a admitir que é a agricultura que está a financiar a industrialização do País. É o momento da indústria, é o momento de todos os países virem em ajuda ao Estado do Paraná, e essa ajuda não é muito difícil, porque os trinta milhões de dólares que seriam solicitados, revertidos em cruzeiros, seriam 510 milhões de cruzeiros.

E eu tenho aqui a justificativa da Caixa Econômica Federal, sobre suas operações atípicas, lá no Congresso Nacional. E vejam o que diz o Sr. Presidente daquela autarquia, da Caixa Econômica Federal. Entre as operações atípicas, nas quais se inclui a compra de um Placar Eletrônico para o Maracanã, no valor de 13,9 milhões de cruzeiros, e ele alega que isto é ótimo porque fará publicidade da Caixa Econômica, neste País onde está a se pedir ao operariado que não reivindique tanto, o Sr. Presidente da Caixa Econômica Federal admite como uma operação normal, um empréstimo de 790 milhões de cruzeiros a preços do início de 1976, a um Shopping-Center estabelecido no Rio de Janeiro. 790 milhões à Caixa Econômica, que vive em função do PASEP, do Fundo de Garantia, emprestados para um Shopping-Center. A mesma Caixa Econômica que comprou o Forte de Copacabana, para dizer que aquilo é uma atividade recreativa e necessária para a população da Guanabara, e está no jornal "O Estado de São Paulo", também de domingo, com os 30 milhões de dólares que o Sr. Secretário da Agricultura está pedindo às estradas, e que deveria ser revertido à agricultura, e esses dez milhões de cruzeiros são muito menos do que a Caixa Econômica emprestou a um simples Shopping-Center.

É esse o momento, que eu acho que os homens da Arena, do MDB, devem se unir neste Estado, no sentido de exigir do Governo Federal aquilo que ele nos deve, porque até o ano passado, até a safra passada, éramos nós os responsáveis por 16% das divisas deste Estado.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) — (Faz soar os tímpanos) Tão somente para avisar que V. Ex.^a ainda tem três minutos na tribuna.

O SR. MUGGIATI FILHO — V. Ex.^a permite um aparte? — (Assentimento) Serei breve, eminente Deputado. O principal objetivo deste aparte é que talvez eu possa esclarecer um ponto controvertido, esse do empréstimo de 30 milhões de dólares que V. Ex.^a se referiu, e cuja notícia do "O Estado de São Paulo", também li.

Entendo, nobre Deputado, que o Sr. Secretário da Agricultura não está se situando no ponto certo do problema.

Porque o Senado da República já aprovou este empréstimo de 30 milhões de dólares, em razão da lei aprovada por esta Casa. Mesmo porque, o Governo não pode solicitar empréstimos ao Senado da República, sem que ele esteja de posse da Legislação correspondente. E, um dos últimos Diários Oficial da União, trouxe a aprovação do Senado. De modo que, ou o Sr. Secretário da Agricultura está mal informado ou informou mal, ou talvez quisesse antecipar a esta aprovação por parte do Senado.

Mas o fato, a realidade, é de que o Governador do Estado já está de posse da autorização do Senado, para contrair o empréstimo de 30 milhões de dólares.

Por outro lado, só gostaria de acentuar, que em hipótese alguma, é de se admitir, e V. Ex.^a vai permitir esta observação, que se diga, que a geada beneficia o produtor de café. E a maior prova disso, é de que V. Ex.^a já deve ter notícias de queimas de café, acentuadas no território nacional, e posteriormente, o País comprando café do Exterior.

Nós estamos passando de exportador, de maior exportador e o Senhor do mercado cafeeiro mundial, a importador de café.

Por aí V. Ex.^a tira uma conclusão fácil de que nunca a geada beneficiará o produtor de café, bastando para tanto, que a eco-

nomia cafeeira, seja dirigida, realmente, como deveria ter sido até o presente.

Muito obrigado por me conceder o aparte, e congratulo-me com V. Ex.^a, porque realmente, traz a esta Casa a projeção de um problema que poderá ter uma gravidade até agora, ainda por nós, não avaliada devidamente.

Muito obrigado.

O SR. DENI SCHWARTZ — Agradeço o aparte, e peço permissão ao Sr. Presidente, sem poder me alongar, para ler dois requerimentos, para materializar o nosso pronunciamento em dois requerimentos que passaremos ao Ex.^{mo} Sr. Presidente da Casa.

Um, de natureza meramente técnica, em que nós pedimos que esta Casa se pronuncie junto à Comissão de Financiamento da Produção, para que a mesma libere, para a venda, de estoque de milho que se encontra armazenado no Sudoeste do Paraná.

É um dos requerimentos, para que a Casa providencie, junto à Comissão de Financiamento da Produção, essa liberação. Porque ocorreu um absurdo, inclusive altamente comprometedor. Milho estocado no Sudoeste foi levado para Londrina, onde, inclusive, um cidadão intermediário, ganhou cerca de 500 mil cruzeiros, numa simples operação. Comprou as 20 mil sacas de milho pelo preço estabelecido pela CFP, cerca de 62, 65 cruzeiros, e o vendeu em Londrina, a 100 ou 105 cruzeiros.

E milho de Goioerê foi trazido para Francisco Beltrão, onde 42 mil sacas de milho estão estocadas no Armazém da SIBRAZEM.

Um dos requerimentos é o seguinte. (Lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente à Comissão de Financiamento de Produção, no sentido de que sejam liberados para venda aos agropecuaristas da Região, através das Cooperativas, os estoques de milho armazenados no Sudoeste paranaense.

Requer, outrossim, que do presente, seja dada ciência às seguintes autoridades e organismos: Ex.^{mo} Sr. Governador do Estado do Paraná, Ex.^{mo} Sr. Secretário de Estado da Agricultura, Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná - ACARPA, Cooperativa Mista Francisco Beltrão Ltda. “CONFRA-BEL”, Cooperativa Mista Dois Vizinhos Ltda., “CAMDUL”, Cooperativa Agropecuária Capanema Ltda. “COAGRO”, Cooperativa Agropecuária Sudoeste Ltda. “COASUL”, Cooperativa Agropecuária Sabadi Ltda. “COPERSABADI”, e Cooperativa Agropecuária Guarany Ltda. “CAPEG”.

Sala das Sessões, em 18 de abril de 1978.

(a) DENI SCHWARTZ

JUSTIFICATIVA:

1. — A Região Sudoeste tem hoje alicerçada a sua economia grandemente na suinocultura;

2. — A estiagem, somada à diminuição da área plantada reduziu sensivelmente a atual safra;

3. — O abate de matrizes, pela falta de alimentos toma proporções alarmantes;

4. — O pequeno proprietário, não cliente da rede bancária, e que se constitui a maioria, não está sendo beneficiado pelas medidas que estão sendo pleiteadas junto às autoridades;

5. — A situação requer urgência para se evitar consequências maiores.

Endereços das autoridades e organismos:

1. — Governador do Estado do Paraná

Sr. Jayme Canet Júnior

Palácio Iguaçu

80.000 — Curitiba — Pr.

2. — Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná

Rua dos Funcionários, s/n — Juvevê

80.000 — Curitiba — Pr.

3. — Cooperativa Mista Francisco Beltrão Ltda.

Presidente: Vicente de Carli

Rua Paraguai, 405 — Cx. Postal, 115

85.600 — Francisco Beltrão — Pr.

4. — Cooperativa Mista Dois Vizinhos Ltda.

Presidente: Enedir Souza de Lima

Rua Princesa Izabel, 330

85.590 — Dois Vizinhos — Pr.

5. — Cooperativa Agropecuária Capanema Ltda.

Presidente: José Gillioli

Rua Padre Cirilo, s/n — Cx. Postal, 02

85.760 — Capanema — Pr.

6. — Cooperativa Agropecuária Sudoeste Ltda.

Presidente: Paulino Fachim

Rua Duque de Caxias, 231 — Cx. Postal, 144

7. — Cooperativa Agropecuária Sabadi Ltda.

Presidente: Pedro Pereira de Sá

Km 1. — BR-373 — Cx. Postal, 61

85.700 — Barracão — Pr.

8. — Cooperativa Agropecuária Guarany Ltda.

Presidente: Adolfo Chioqueta

BR-373 — Cx. Postal, 67

85.500 — Pato Branco — Pr.

9. — Comissão de Financiamento de Produção

Dr. Eugênio Libreloto Stefanelo

Agente da CFP no Paraná

Praça Tiradentes, 410 - 8º andar - Ala B - Cx. Postal, D

80.000 — Curitiba — Pr.”

O outro, Sr. Presidente, que reputo para que se chame a atenção do País em relação ao Paraná, e diz o seguinte. (Lê): “Senhor Presidente

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Ex.^{mo} Governador do Estado do Paraná, solicitando a decretação de Estado de Calamidade Pública nas áreas atingidas pela seca.

Sala das Sessões, em 18 de abril de 1978.

(a) DENI SCHWARTZ

JUSTIFICATIVA:

1. — A seca que assola nosso Estado pode ser considerada como o fenômeno climático que mais prejuízos está acarretando à nossa economia;

2. — Pelas características de nosso Estado, as consequências de tal fenômeno agravarão a médio prazo, ainda mais a situação;

3. — Não é afirmação vã, que a fome pode sobrevir em muitas áreas;

4. — As medidas até agora pleiteadas, quase todas relacionadas com problemas de financiamento, se altamente necessárias, não resolvem os dos pequenos proprietários que se encontram à margem do sistema de crédito;

5. — Há que se planejar e tomar urgentes medidas para minorar os efeitos que advirão da estiagem.”

Sr. Presidente, Srs. Deputados, para que não ocorra mais, como ocorreu recentemente num programa de televisão da TV-Globo, que confundiu as reclamações pela seca, no Paraná, com problemas causados por inundação, é que nós vimos a esta tribuna. E fazemos questão de que o Plenário aprove este pedido para decretação de calamidade pública, nas áreas afetadas pelas secas.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Concedo a palavra, para falar no espaço de tempo reservado à Aliança Renovadora Nacional, ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não poderia deixar, nesta tarde, de externar a nossa satisfação, o contentamento, pela indicação do eminente homem público, Ministro Ney Braga, para dirigir os destinos do Paraná.

Foi recebida com satisfação em nosso Estado, esta indicação, pelos relevantes serviços prestados ao Estado do Paraná, na sua administração como Governador do Estado, como Prefeito de Curitiba, como Deputado Federal, como Ministro da Agricultura e como Ministro da Educação.

Recebi hoje telefonemas de minha região, de vários Prefeitos, satisfeitos com esta indicação, certos da continuidade desta grande administração que vem fazendo o Governador Jayme Canet Júnior.

A indicação de nosso Presidente da Arena, Affonso Camargo Neto, como candidato ao Senado, feita atendendo o consenso das lideranças de nosso Partido, o qual, pela sua inteligência, pela sua capacidade em conduzir a nossa agremiação partidária, recebeu o apoio das lideranças, principalmente no interior, onde tivemos a oportunidade de participar de vários encontros micro-regionais, onde pudemos sentir o prestígio e o reconhecimento pelos relevantes serviços prestados ao nosso Estado.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 35 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 168/77, de autoria do Deputado FUAD NACLI, que declara de utilidade pública o "SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS — S.O.S., com sede e foro na cidade de Porecatu. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — Encerrada a discussão. — Em votação.

O SR. ENÉAS FARIA — (Pela ordem) Sr. Presidente, não pretendo, nem quero analisar o mérito do que possa ocorrer. A Mesa tem, já de muitos dias, matéria de relevância, de muita importância, de alto significado, e que não puderam, até agora, merecer deliberação da Casa.

Meu maior respeito, minha admiração e até minha compreensão. Mas, quero crer que a presença do ilustre, nobre, dedicado Deputado Gilberto Carvalho, representando a Liderança da Arena, não supre a quantidade de número, como não tem suprido. Tem ocorrido, Sr. Presidente, que tantas e tantas matérias acabam por receber votação, acabam por merecer deliberação. E nos momentos mais graves das matérias que, de nossa parte, pretendem até atender mais séria repercussão, o número escasseia, o "quorum" inexistente.

Por isso, Sr. Presidente, pediria à Mesa, atendendo dispositivo regimental, que, já ao início da Ordem do Dia, se procedesse a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência defere e determina ao Sr. Secretário que proceda a chamada dos Srs. Deputados.

(É feita a chamada).

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Responderam a chamada nominal 22 Srs. Deputados. Não há "quorum" para deliberação, apenas para prosseguimento da sessão.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 04/78, de autoria do Deputado QUIELSE CRISÓSTOMO, que declara de utilidade

pública a Associação dos Servidores Municipais — ASEM, com sede e foro na cidade de Rio Branco do Sul. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — Encerrada a discussão.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, lido da tribuna, solicitando voto de pesar pela morte, a se confirmar, do ex-Primeiro Ministro da República Italiana, Aldo Moro, que se encontrava seqüestrado há aproximadamente um mês por guerrilheiros urbanos denominados "Brigada Vermelha". — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Vicente Leporace, ocorrido em São Paulo. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Secretaria de Segurança Pública, consubstanciado em apelo no sentido de que seja construído um novo prédio para o funcionamento do DETRAN na cidade de Maringá. — Em discussão. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado e Secretário da Educação e Cultura, no sentido de que seja transformada em Inspeção Regional de Ensino, a 13ª Inspeção Auxiliar de Ensino de Ribeirão Claro. — Em discussão. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alfredo Gulin, constante do expediente, solicitando o envio de cópia do inteiro teor do pronunciamento feito pelo requerente, em sessão plenária do dia 04 de abril corrente, aos Srs. Ministros da Fazenda, da Agricultura e do Interior. — Em discussão. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, lido da tribuna, solicitando sejam encaminhadas cópias do pronunciamento feito da tribuna em data de hoje, ao Sr. Ministro da Justiça, e solicita apelo no sentido de que se reinstitua, em todo o País, as Guardas-Civis e determine um reestudo da organização policial dos Estados brasileiros. — Em discussão. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, lido da tribuna, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo a decretação do estado de calamidade pública nas áreas atingidas pela seca. — Em discussão. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, lido da tribuna, solicitando seja encaminhado expediente à Comissão de Financiamento de Produção, no sentido de que sejam liberados para venda aos agropecuaristas da região, através das cooperativas, os estoques de milho armazenados no Sudoeste paranaense. — Em discussão. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alfredo Gulin, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Educação e Cultura, no sentido de que determine providências para a reabertura da Escola Isolada de Passaúna, localizada no Município de Almirante Tamandaré. — Em discussão. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alfredo Gulin, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de que determine a inclusão no plano de obras para o presente exercício, do asfaltamento da estrada que começa na divisa de Curitiba até Campo Magro e Bateias. — Em discussão. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado à Telepar, encarecendo esclarecimentos sobre as normas e valores da cobrança de taxas nas ligações telefônicas interurbanas não completadas. — Em discussão. — **Encerrada a discussão.**

A Presidência lembra os Srs. Deputados que, na quinta-feira próxima, dia 20, fará realizar a Sessão Ordinária na parte da manhã, ouvidas as lideranças dos dois Partidos, e considerando o feriado de sexta-feira, dia 21.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 19, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO 3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 168/77

EM VOTAÇÃO 2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 04/78.

REDAÇÃO FINAL — da Proposição nº 537/77,

marcando ainda uma sessão, para quinta-feira, dia 20, às 10,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nºs 02 e 03/78.

Levanta-se a Sessão.

ATAS DAS COMISSÕES:

**ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA
DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA
ECONOMIA PARANAENSE**

Aos doze dias do mês de abril de mil novecentos e setenta e oito, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito, que apura a situação da Economia Paranaense. Presidida pelo Sr. Deputado Renato Bernardi, contou com a presença dos Senhores Deputados Jorge Sato, Nilso Sguarezi, Deni Schwartz, Lineu Turra, Accioly Neto e Dácio Leonel. Constatada a existência de número legal, o Senhor Presidente deu por iniciados os trabalhos, às 10 horas. Procedida a leitura da Ata da reunião anterior, a mesma foi aprovada com a seguinte observação: onde se lê: "sine die", leia-se "em data a ser fixada a critério do presidente da Comissão. Nesta reunião, foi ouvido o depoimento do Professor Hélio Duque. Todo o conteúdo da reunião, o depoimento, perguntas e debates foi gravado e taquigrafado, passando a tradução das notas taquigráficas a integrar na presente Ata. Nada mais havendo a

tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião da qual lavrei esta Ata, que após lida e aprovada, será por mim e pelo Senhor Presidente assinada, para que produza os efeitos legais.

(aa) RENATO BERNARDI — Presidente

Alberto Carazzai Neto — Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS

**8ª LEGISLATURA — 4ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

Aos doze dias do mês de abril do ano de hum mil, novecentos e setenta e oito, após a Sessão Plenária, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se extraordinariamente a Comissão de Finanças, sob a Presidência do Senhor Deputado Erondy Silvério, e contando com número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior. De acordo com a Resolução nº 327/77, compareceram vários outros Senhores Deputados, cujas presenças foram relacionadas em separado, enviadas ao Senhor Deputado Ivo Thomazoni, Presidente deste Poder. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, quando foi relatado o seguinte PROJETO DE LEI Nº 25/78, de autoria da Comissão Executiva, que dá nova estrutura ao Quadro de Pessoal da Secretaria do Poder Legislativo e dá nova estrutura, digo, e dá outras providências. Relator da matéria o Senhor Deputado Luiz G. Sampaio, parecer favorável - aprovado. Os Senhores Deputados Luiz G. Sampaio, Benedito Lúcio Machado e Erondy Silvério, apresentaram Emendas, que foram aprovadas por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião, e para constar, eu, Teresinha B. de Moura e Claro, lavrei a presente Ata, que depois de lida e achada conforme será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Secretária, para que produza os efeitos legais.

(aa) ERONDY SILVÉRIO

Presidente

Teresinha B. de Moura e Claro — Secretária